

**Acordo Judicial**

Autos nº 5001445-36.2021.8.24.0018

PA nº 09.2020.00005552-6

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **DIEGO ZAMIGNAN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG 3.862.690, inscrito no CPF 041.186.589-76, com endereço na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó, telefone (49) 98883-6009; e **SALETE ZAMIGNAN**, casada, empresária, portadora do RG 1.610.707, inscrita no CPF 023.668.069-22, com endereço na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó, telefone (49) 98852-1212, doravante denominados *compromissários*,

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de

defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

**CONSIDERANDO** que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente - e, portanto, não edificável - as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

**CONSIDERANDO** que o Código de Obras de Chapecó determina que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

**CONSIDERANDO** que a sentença proferida nos autos n. 5029480-40.2020.8.24.0018 julgou improcedentes os pedidos formulados na ação proposta por Salete Zamignan e Diego Zamignan, cujo objetivo era anular na integralidade do Termo de Ajustamento de Conduta n. 06.2020.00004019-9 firmado em 30/9/2020, entre Salete Zamignan, Diego Zamignan e a 9ª Promotoria de Justiça desta comarca;

## **RESOLVEM**

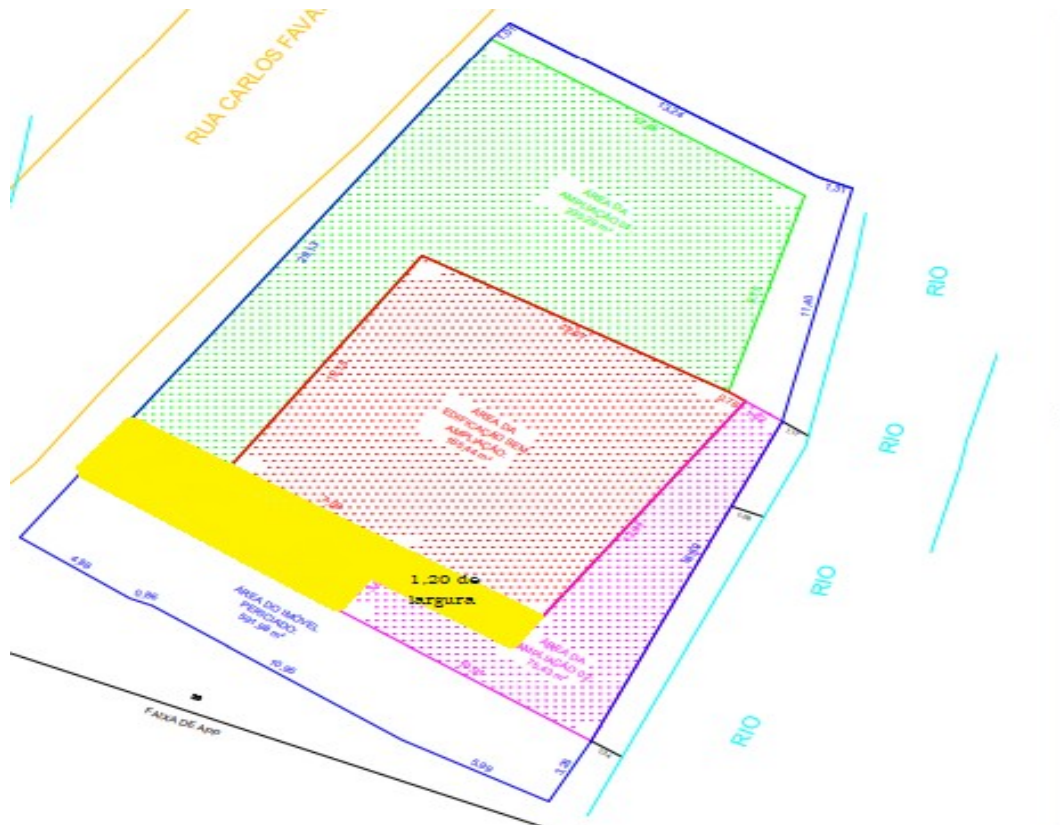
Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## DO OBJETIVO

**Cláusula 1ª:** O presente acordo tem por finalidade a recuperação da área degradada em razão da construção de benfeitoria sobre a área de preservação permanente do lote 3 da quadra 738, situado na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó.

## DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

**Cláusula 2ª:** Os compromissários comprometem-se a comprovar ao Ministério Público, no prazo de 90 dias, a demolição da ampliação realizada sobre a área de preservação permanente: área de 75,43 m<sup>2</sup> destacada em magenta no croqui a seguir apresentado:



**Parágrafo primeiro** - Os compromissários comprometem-se a comprovar ao Ministério Público, no mesmo prazo, a destinação correta dos

entulhos gerados pela demolição.

**Cláusula 3ª** - Os compromissários comprometem-se a comprovar no mesmo prazo a substituição da rampa de concreto com área de 7,22 m<sup>2</sup> (área destacada em amarelo no croqui), existente na APP por pisograma.

**Cláusula 4ª** - Os compromissários comprometem-se a comprovar ao Ministério Público a recuperação da área degradada, em 180 dias, mediante a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, previamente aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Chapecó – Sedema.

**Cláusula 5ª** - A título de multa pelo descumprimento das obrigações assumidas no TAC n. 06.2020.00004019-9, objeto da ação n. 50014453620218240018, os compromissários se comprometem a pagar multa valor de R\$ 50.000,00, em 5 parcelas mensais em favor do Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados<sup>1</sup>.

**Parágrafo único.** As parcelas serão de R\$ 10.000,00 e vencerão no dia 15 de cada mês, com primeiro vencimento em 15 de setembro de 2022.

**Cláusula 5ª** - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão, sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes.

**Cláusula 6ª** - Os compromissários assumem a obrigação de comprovar ao Ministério Público o cumprimento de cada obrigação, assim que vencido o prazo pertinente, independentemente de prévia notificação.

### **DAS OBRIGAÇÕES FUTURAS DOS COMPROMISSÁRIOS**

**Cláusula 6ª** - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes. Comprometem-se também a não alterar a edificação sem projeto previamente aprovado pelo Município de Chapecó.

<sup>1</sup> Conta Banco do Brasil nº 87.880-4, Agência 0321-2, CNPJ 83.021.808/0001-82, em nome do Município de Chapecó.

**Cláusula 8ª** - Os compromissários assumem a obrigação de manter o pisograma em bom estado, tomando as medidas necessárias para manter a vitalidade da grama e a conservação das peças de concreto, de forma permanente.

**Cláusula 9ª** - Os compromissários comprometem-se a manter a área de preservação permanente livre, preservando sua cobertura vegetal natural. Comprometem-se também a manter a APP limpa (sem alocação de entulho, lixo ou outros materiais).

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 6ª:** Incidirão os compromissários em multa de R\$ 100.000,00 em caso de descumprimento da obrigação principal (demolição) deste acordo judicial.

**Cláusula 7ª.** Em caso de descumprimento dos prazos previstos neste acordo, incidirão os compromissários em multa de R\$ 500,00 por dia.

**Cláusula 8ª.** A multa eventualmente aplicada reverterá metade em favor do Fundo Municipal de Reconstituição dos Bens Lesados e metade em favor do Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados.

**Parágrafo único.** O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 9ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido, em relação ao objeto dos autos.

**Cláusula 10ª.** As partes isentam-se reciprocamente das verbas sucumbenciais, tanto no processo de execução quanto nos embargos.

**Cláusula 11ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da

data de sua assinatura.

Chapecó, 2 de setembro de 2022

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Salete Zamignan  
**Compromissária**

Diego Zamignan  
**Compromissário**

Guilherme Zagonel  
**OAB 39.503**